



Nós

DOSSIÊ

Artes, estéticas e
representações
Indígenas

REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS
VOL. 07, Nº 02 - 2º SEMESTRE - 2023

ISSN 2448-1793



O PAPEL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NA MEDIAÇÃO E COMPREENSÃO DE LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA

THE ROLE OF THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHER IN THE MEDIATION AND
UNDERSTANDING OF BRAZILIAN INDIGENOUS LITERATURE

<https://doi.org/10.5281/zenodo.8377736>

Envio: 29/11/2022 ♦ Aceite: 15/06/2023

Vanessa Hãtxu de Moura Karajá



Mulher, mãe e indígena pertencente ao povo iny/Karajá. Licenciou-se em pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, em 2021. Atualmente é mestranda em letras pela Universidade Federal do Tocantins. É professora na Escola Indígena Kasuwamri/SEDUC-TO.

Marcelene Batista Cunha



Graduada em Letras e Pedagogia, mestranda do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins.

Maria Célia Gomes de Souza



Mestre em literatura, história e imaginário pela Universidade Federal do Tocantins; Pós-graduada em Cultura e História dos povos indígenas pela Universidade Federal do Tocantins e em Perspectiva Crítica da Literatura Contemporânea pela Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora no CEM Rui Brasil Cavalcante e na Rede Municipal de Ensino de Miranorte/Tocantins.

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre o papel do professor de Língua Portuguesa na mediação e compreensão da Literatura Indígena brasileira, pondera sobre uma série de questões a respeito do ensino desta literatura e a função do docente diante da ausência dessa produção nos espaços educativos. Inicialmente, o texto apresenta uma abordagem histórica e conceitual sobre essa literatura e a caracterização das literaturas indianista, indigenista e indígena no Brasil; paralelo a isso, surgem ao longo do texto algumas reflexões sobre a importância do tema e o protagonismo docente. A abordagem metodológica da pesquisa é a qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental. Os principais teóricos utilizados foram: Graúna (2012), Munduruku (2018), Thiél (2012), dentre outros. Por fim, consideramos que muitos são os desafios para o ensino de Literatura indígena e sabemos que o professor tem um papel de suma importância para romper com essas barreiras e contribuir para a visibilidade da produção de autoria indígena.

PALAVRAS-CHAVES: Literatura Indígena; Mediação, Professor e Escola.

ABSTRACT

The article entitled by: the role of the Portuguese language teacher in the mediation and understanding of Brazilian indigenous literature, it also addresses a series of questions about the teaching of indigenous literature and the role of the teacher. Initially, the text presents a historical and conceptual approach to this literature and the characterization of Indianist, indigenist and indigenous literature in Brazil, parallel to this, some reflections on the importance of the theme and the teaching protagonism appear throughout the text. The research methodology approach is qualitative based on bibliographic and documentary research. The main theorists used were: Graúna (2012), Munduruku (2018), Thiel (2012) and among others. Finally, we consider that there are many challenges for teaching indigenous literature and that the teacher has a very important role to play in breaking down these barriers.

KEYWORDS: Indigenous Literature; Mediation, Teacher and School.

INTRODUÇÃO

As palavras são perigosas. Trazem consigo o poder de erguer ou derrubar alguém – seja uma pessoa ou um povo, seja uma cultura.
(MUNDURUKU, 2017, s/p.)

Não é segredo que a literatura em sala de aula é fundamental para o desenvolvimento do aluno em vários aspectos, alarga o olhar, desenvolve o senso crítico, fornece subsídios para dialogar, interpretar, refletir e conhecer a complexidade da vida. Teóricos e professores, sejam da educação básica ou superior, abordam sobre a função da literatura em sala de aula e o papel do professor de Língua Portuguesa como mediador no processo de ensino aprendizagem.

Por esse ângulo, ao longo dos anos os estudantes tiveram acesso a uma diversidade de textos literários escritos pelos não indígenas, muitos foram condutores da representação indígena, estes, carregados de preconceitos de acordo com o contexto e visão de quem os escreveu. Atualmente emergem produções indígenas que apresentam a visão dos que foram (in)visibilizados. Logo, surge também a urgência em apresentar esses textos aos estudantes.

Nesta perspectiva, as questões aqui instauradas serão apontar a relevância da Literatura Indígena para a sociedade brasileira, e refletir sobre o papel do professor na mediação dessa literatura extraocidental. O texto é resultado de um estudo baseado em uma abordagem qualitativa, por ser esse o tipo de estudo que contempla os objetivos que originaram esse artigo e concordando que:

[...] pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas (MINAYO, 2017 p. 2).

Para realização do mesmo, baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, visto que “a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.” (SÁ-SILVA *et al*, 2009, p. 5)

A escola/sociedade deve conhecer os povos indígenas. “O papel da literatura indígena é, portanto, ser portadora da boa notícia do (re)encontro” (MUNDURUKU, 2018, p. 83). Há um desconhecimento da sociedade envolvente sobre a realidade social, aspectos linguístico e cultural dos povos indígenas. A Literatura Indígena exerce um papel extraordinário nesse re(encontro), “ela nos dá possibilidades para que, fora da aldeia, alunos e pessoas possam se aprofundar em determinado assunto ou mesmo saber como cada povo vive, resiste e defende seu território” (KAMBEBA, 2018, p. 40).

De acordo com a Constituinte Brasileira de 1988, a educação é considerada um direito de todos os cidadãos. Além disso, a Lei 11.645/08 também reafirma isso, tornando obrigatório o estudo da cultura e história indígenas. Portanto, é indicado que as produções literárias indígenas sejam também objeto de estudo nas salas de aula.

A escola é um espaço de construção de aprendizagem, além de um dos principais ambientes com incentivo à leitura e acesso a livros literários. Nesse sentido, com a mediação do educador, é favorável ao conhecimento dessa literatura, que possui características e peculiaridades que buscamos elucidar neste trabalho. Nas palavras de Norma Malaquias dos Santos Bayer, a escola é:

um ambiente privilegiado, pois o trabalho cotidiano com os alunos permite ao professor o reconhecimento das necessidades e potencialidades individuais para orientá-los da melhor forma no processo ensino-aprendizagem. O profissional de Língua Portuguesa deve ser o condutor, incentivador e mantenedor do trabalho com a literatura na escola, envolvendo profissionais de outras áreas a fim de superar os obstáculos apresentados neste texto (BAYER, 2018, p. 182).

Desse modo, cabe ao professor tomar conhecimento da Literatura Indígena a fim de cumprir, de fato, o seu papel como mediador. Pensando na escola enquanto o principal espaço de acesso à literatura e para muitos educandos o único espaço, ressaltamos o que afirma Mortatti (2014, p.29) “a literatura é um direito humano e desempenha papel fundamental na formação humana.” A autora enfatiza que:

O ensino da literatura é um momento didático-pedagógico do ensino escolar formal, intencional e organizado, que, por sua vez, integra o processo de formação (integral), com a finalidade de contribuir para o processo de emancipação humana. Assim, na expressão “ensino da literatura”, tem-se, simultaneamente, a indicação de objeto de ensino

escolar e de um momento específico de ensino e aprendizagem, que integra o processo educativo e que se refere ao lugar e à contribuição da literatura para a educação, por meio do ensino (MORTATTI, 2014, p.29).

É no ensino de literatura que o aluno aprende que “A literatura brasileira é constituída por muitas literaturas, por inúmeras culturas e vozes, tais como as indígenas” (THIEL, 2012, p. 5). A Literatura Indígena emerge em meados de 1990 e, se comparada às produções não indígenas, ainda é construída por um grupo pequeno de escritores/escritoras, apesar disso, conseguem que suas obras cheguem ao mercado editorial e fazem um grande rebuliço nos canais digitais. Os escritores indígenas se apropriam da escrita como instrumento de resistência, e, nas palavras de Julie Dorrico

[...] utilizam esta ferramenta para expressar suas matérias atuando em um duplo movimento, o da valorização da alteridade e do diálogo intercultural, como estratégia consciente para uma crítica da estrutura simbólica dominante, bem como de ativismo, de militância e de engajamento na esfera pública acerca da questão indígena (DORRICO, 2018, p. 229).

Dessa forma, consideramos a literatura indígena escrita como um fenômeno recente, e que possui uma especificidade interessante, pois são os próprios indígenas os autores de textos, narrativas e poesias que carregam suas identidades, memórias e ancestralidades. Portanto, revela o que as literaturas indianista e indigenista não conseguiram realizar, uma vez que não foram escritas por indígenas, mas sobre os indígenas.

AS PECULIARIDADES DAS LITERATURAS INDIANISTA, INDIGENISTA E INDÍGENA NO BRASIL

A Literatura Indígena emerge no Brasil, após as várias outras manifestações literárias, entre as quais destacamos a literatura indianista e indigenista, que consideram “o índio” como principal objeto de pesquisa, enfatizando seus costumes e tradições, entre outros aspectos sociais, culturais e históricos. Porém, sabemos que muitos desses textos foram condutores de uma visão preconceituosa sobre os povos originários. Portanto, o estudo da Literatura Indígena se faz necessário para construir a

valorização de outras textualidades literárias, para conhecer as vozes e sujeitos indígenas que, no decorrer dos séculos, foram tão silenciados. Pois, “abordar a pluralidade cultural na escola é essencial para uma sociedade que pretende combater a exclusão e a discriminação” (THIÉL, 2011, p. 663).

Antes de apontar características e processos históricos de construção da Literatura Indígena, é fundamental sabermos quem são os sujeitos que a escrevem. Nesse sentido, ainda nos primórdios da colonização, quando os europeus adentraram a esse território, que posteriormente foi denominado de Brasil, encontraram uma população que nomearam de “índio”. Essa nomenclatura, dada pelo colonizador, não levou em consideração que a população aqui existente naquele período era composta por uma diversidade de povos, com especificidades sociais, culturais e linguísticas heterogêneas. Para Thiél (2012, p. 12), “nomear é prática política que estabelece uma relação de poder”, que afirma ainda que o colonizador inventou, rotulou o “índio” mediante um discurso homogeneizador perpetuado até os dias atuais. Os sujeitos que habitavam as terras encontradas pelos europeus portugueses, “batizados” como “índio”, desde então sofreram com todo tipo de violência, dentre as principais, a expropriação de seus territórios e a exterminação de diversos povos. O escritor indígena Daniel Munduruku, nesse sentido, assevera que:

Entretanto, sua harmônica tranquilidade foi alcançada pelo braço forte dos invasores: caçadores de riquezas e de almas. Passaram por cima da memória e escreveram no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento (MUNDURUKU, 2018, p. 82).

A invasão europeia gerou outros tipos de violência, como destaca o historiador indígena Casé Angatu, ao afirmar que os povos indígenas foram, em terras brasileiras, “[...] os primeiros violentados, genocidados e etnocidados. Os primeiros a sofrermos a perversidade da violência física, cultural e sexual” (ANGATU, 2020, p. 69).

De acordo com Graça Graúna (2012, p. 268), “Ao longo da história da colonização, os povos indígenas vivenciaram a impossibilidade de escrever e expor o seu jeito de ser e de viver em sua própria língua.” Além dessas questões, apontadas pela escritora indígena da etnia Potiguara, enfatizamos também que os povos indígenas

foram considerados bárbaros, selvagens e sem alma, cuja catequização foi uma estratégia de dominação e “salvação de almas”. Tais concepções foram construídas principalmente nos primórdios da colonização no Brasil. Mas, para Montaigne, é mais uma inverdade sobre os povos originários, pois “[...] acho que não há nada de bárbaro e de selvagem nessa nação, a não ser que cada um chama de barbárie o que não é seu costume” (MONTAIGNE, 2010, p. 109).

Os primeiros escritos sobre os povos indígenas, ainda no início da colonização, foram os relatos e crônicas de viajantes no Novo Mundo, e são caracterizados pela ressignificação dos modos de ser e viver dos sujeitos indígenas, considerando essa população como primitiva e atrasada. As invasões aos territórios e corpos indígenas prosseguem após vários séculos, através dos quais foram construídas ideologias e políticas nacionalistas, assimilacionistas e integracionistas, assumidas também e principalmente pelo Estado, e que se expandem de norte a sul no País.

Assim, afirmando essas ideologias, emerge a Literatura Indianista no século XIX, e, nas palavras de Thiél (2012, p. 16), “o índio transforma-se em personagem adequado para a construção da identidade nacional”. As principais características da literatura indianista é que ela não é escrita por um indígena, e há uma tentativa de embranquecer e transformá-lo em herói nacional. Para Thiél, “O índio, transformado em personagens da literatura romântica, é idealizado de tal forma a congregar características de heróis e cavaleiros medievais” (THIÉL, 2012, p. 18).

Muitos teóricos estudaram e escreveram sobre os movimentos literários oitocentistas e a idealização exacerbada do indígena, e, segundo Bernardes, Gaudêncio e Melo (2015, p. 97), “a partir de uma visão idealizada e exótica, inspirou-se em temas da vida dos primitivos americanos, considerados os povos originais do ‘novo mundo’”.

De acordo com Julie Dorrico, “os escritores desse movimento literário não pretendiam ser porta-vozes da cultura indígena” (DORRICO, 2018, p.232), ao contrário:

Apoiados nesse grande projeto literário nacionalista, os indianistas colaboraram para a despersonalização do sujeito indígena

homogeneizando múltiplas tradições e reiterando, via personagens, o lugar marginal a que o indígena deveria pertencer: ou selvagem e, assim, fora da sociedade, ou integrado religiosamente à sociedade majoritária (DORRICO, 2018, p. 235).

Cabe destacar também que no Brasil, assim como outros países na América Latina, surge outro movimento literário, conhecido como literatura indigenista, que, Segundo Dorrico, “há uma grande diferença entre as literaturas indianista, indigenista e indígena” (2018, p. 232). Apesar de pouco estudada, a Literatura Indígena sempre existiu na oralidade, porém, somente há pouco mais de vinte anos é anunciada mediante a existência de textos escritos pelos próprios indígenas.

A literatura indianista, como já citado, são textos escritos por não indígenas que representam a figura distorcida do indígena. Já a literatura indigenista é também escrita por não indígenas, mas traz uma outra abordagem, pois os escritores têm um olhar mais aproximado da cultura e vivência dos povos originários, dessa forma, contribuiu e contribui para juntar forças as causas indígenas, como defendem os teóricos citados abaixo.

[...] cujo produto advém de trabalhos de escritores da cultura e elite ocidental, concentrados no estudo e na abordagem sobre as culturas indígenas, como forma de questionamento e de denúncia da discriminação, do preconceito e do etnocentrismo sofridas pelos povos indígenas (BERNARDES, GAUDÊNCIO, MELO, 2015, p. 97).

Embora os/as escritores/escritoras dessa literatura também não sejam indígenas, esses/essas intelectuais se tornam aliados e sensíveis às causas dos povos indígenas, “O movimento indigenista busca mostrar o indígena como sujeito em um país que o determina estrangeiro e marginal, como não-sujeito” (DORRICO, 2018, p. 236). Mas, assim como na literatura indianista, Thiél (2012, p. 42) evidencia que

A obra indigenista é produzida a partir de uma perspectiva ocidental e escrita ou traduzida pelo não índio. Para seu autor, o mundo indígena é o tema e o índio é informante, mas não agente da narrativa. A produção indigenista visa a informar não índios sobre um homem e um universo que lhe são alheios (THIÉL, 2012, p. 42).

A similitude nos movimentos literários citados anteriormente é que:

[...] em ambos os períodos e estilos literários, a literatura indianista e a literatura indigenista, se fala e se representa os povos indígenas, sobre os povos indígenas, mas não se lhes dá o direito da palavra, a possibilidade da escrita, a potencialidade da autoexpressão (DORRICO, 2018, p. 325).

Nessa perspectiva, a Literatura Indígena amplia a voz dos que sempre foram representados pelo 'outro'. As textualidades indígenas consistem em uma manifestação literária politizada, ou seja, "uma escrita que envolve sentimento, memória, identidade, história e resistência" (KAMBEBA, 2018, p. 39). A autora e escritora indígena Marcia Kambeba enfatiza ainda que "Na literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. (KAMBEBA, 2018, p. 40). Segundo Dorrico (2018, p. 338):

[...] literatura indígena rompe com as posições literárias indianistas, que romantizavam, caricaturizavam e folclorizavam os indígenas; e rompe com as posições literárias indigenistas que, não obstante certo comprometimento com a condição e a causa indígenas, eram basicamente construídas a partir de observações extemporâneas de acadêmicos, a partir de um viés neutro, imparcial e impessoal garantidor da objetividade científica.

É a partir de 1990 que emergem as primeiras publicações de Literatura Indígena, e, contemporaneamente, ainda são poucos os escritores que conseguem que suas obras cheguem ao mercado editorial. Para Munduruku (2018, p. 83), "Há um fio muito tênue entre oralidade e escrita, disso não se dúvida". Os indígenas são povos da oralidade, e a apropriação da escrita é um ato político e de resistência, instrumento este capaz de evidenciar à sociedade envolvente as realidades vivenciadas por eles. Munduruku (2018) aponta que:

Pensar a literatura indígena é pensar no movimento da memória para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que

nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade (MUNDURUKU, 2018, p. 83).

Os escritores indígenas apresentam a diversidade étnica dos povos indígenas, e o lugar de fala indígena é a sua ancestralidade (DORRICO, 2018, p. 230). Esses intelectuais demonstram que os povos indígenas habitam em todo território nacional, e não apenas em florestas. Há uma imagem estereotipada sobre eles que, de acordo com Rosa (2018), a Literatura Indígena pode ajudar a desconstruir:

O movimento literário indígena se coloca enquanto deslocamento e movimento desterritorializante da própria configuração de discursos que homogeneizam os indígenas, a unidade linguística, o discurso histórico e as representações de mundo (ROSA, 2018, p. 288).

Dessa maneira, percebemos a importância da presença da literatura nos debates dos espaços de educação. A escritora Márcia Kambeba (2018, p. 44), neste aspecto, afirma que “Ler é viajar, é conhecer universos não habitados e explorar conhecimentos novos, aventurar-se”. Portanto, a Literatura Indígena é um convite a adentrar no universo da cultura dos povos originários, a respeitar e reconhecer a relevância desses povos para a formação da cultura brasileira.

LITERATURA INDÍGENA EM SALA DE AULA: A RELEVÂNCIA DO PAPEL DOCENTE NA MEDIAÇÃO E COMPREENSÃO DA LITERATURA INDÍGENA

A literatura proporciona ao docente, principalmente de Língua Portuguesa, a possibilidade de promover atividades múltiplas para despertar no aluno a vontade de adentrar no universo que o texto literário abarca.

Thiél destaca a relevância dos educadores no processo de ensino aprendizagem, e afirma que “como mediadores de leituras, os professores exercem um papel essencial na formação de leitores competentes” (THIÉL, 2012, p. 4). Nesse sentido, a escola ainda é um lugar no qual muitas crianças, adolescentes e adultos têm acesso à literatura, devido a vários fatores, entre eles, o financeiro, pois os livros de literatura têm alto

custo. Outro fator, apontado por Stephani e Tinoco (2009), é que muitas famílias no Brasil não estão inseridas no contexto do mundo escrito:

[...] Isso significa que, para muitas crianças e adolescentes oriundos dessas famílias, o acesso à palavra escrita e a cultura letrada restringe-se, portanto, ao ambiente escolar e aquele que é propiciado pelo professor (STEPHANI; TINOCO, 2019, p. 56).

A palavra escrita evidenciou um lado da história que invisibilizou a história dos povos indígenas e generalizou-os como “índios”. Conhecer a Literatura Indígena, portanto, é “uma possibilidade de apresentar as pessoas que no Brasil, tem 305 povos oficiais, que falam 274 línguas e, a partir dessa literatura, se começa a entender essa diversidade” (WAPICHANA, 2018, p. 76). De acordo com Thiél (2012):

Literatura é a arte da palavra e a palavra diz o mundo, diz os seres que nele habitam e diz sua história, suas relações, encontros, conflitos, buscas e questionamentos. A literatura é construída por visões de mundo e, se restringimos nossas leituras a certos grupos e visões, limitamos também nosso aprendizado e nossa possibilidade de ver e ler o mundo de uma maneira dinâmica (THIÉL, 2012, p. 4).

Entendemos que vivemos em uma sociedade composta de desigualdades, “muita gente ficou privada dos livros e da cultura da leitura durante boa parte da nossa história” (STEPHANI E TINOCO, 2019, p. 70). A lei 11.645/2008 estabelece que as escolas devem ministrar conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira e indígena, de modo que o professor deve então ser o mediador de conhecimento sobre essas populações.

Atualmente, já é possível encontrar livros de Literatura Indígena nas bibliotecas das escolas, ainda que de forma tímida, logo, o professor de língua portuguesa deve oportunizar a leitura de obras de autoria indígena. Nas palavras de Thiel, a literatura “problematiza conceitos, desconstrói estereótipos, promove a reflexão sobre a presença dos índios na história e sobre a forma como sua palavra e tradição narrativa/poética são apresentadas em sua especificidade” (THIÉL, 2012, p. 5).

O debate sobre o ensino de literatura é de extrema relevância, neste contexto, faz-se necessário pensar sobre a função do docente na mediação e na compreensão da Literatura Indígena, uma vez que é uma das funções do professor fomentar incutir o hábito da leitura em seus alunos.

Pensar no ensino de Literatura e no papel do professor remete-nos à reflexão sobre as inúmeras funções da literatura e na sua importância para a formação holística dos estudantes. Essas reflexões não são para reduzir a Literatura Indígena a um caráter utilitário, mas para ampliar a suas funções, pois no inconsciente da ancestralidade que a permeia, a Literatura Indígena vem carregada de bens culturais genuínos, e neste caso, o papel do professor é possibilitar aos alunos experiências de leitura que amplie seu repertório para além dos clássicos. Thiél (2012), por este viés, assevera que:

Como educadores, temos de nos deparar com a questão da inclusão social e cultural, bem como com o silenciamento ou a invisibilidade dos grupos indígenas ao longo da história, que devem ser revistos. Além disso, devemos nos preocupar com a construção de repertório de nossos alunos, bem como com o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a literatura (THIÉL, 2012, p. 4).

Cabe destacar que o professor deve ter o compromisso para a formação crítica e antirracista de seus alunos. Afinal, é esperado que no espaço escolar sejam formados leitores críticos, “que possam criar conexões entre saberes, perceber o lugar ideológico dos discursos, interpretar informações e desenvolver consciências” (THIÉL, 2012, p. 4). A autora acrescenta que “o estudo da literatura indígena conduz a uma reflexão sobre o outro, o diferente, e sua inclusão/exclusão na sociedade contemporânea, no espaço urbano e na produção literária global e local” (THIÉL, 2012, p. 9).

A escola é um espaço privilegiado de construção de conhecimento, é na sala de aula que ocorre a mediação direta com o aluno, e “Esse processo de mediação parte do pressuposto de que o professor é leitor e se posiciona criticamente em relação às leituras[...]” (AZEVEDO; CARVALHO, 2018, p. 46). Dessa forma, é importante que o professor conheça a Literatura Indígena e suas características peculiares, pois, apesar

de quase três décadas de existência, muitos educadores ainda não tiveram contato com a produção literária indígena.

Neste contexto, chamamos a atenção para a necessidade de inserir no currículo dos cursos de formação inicial e continuada a temática Literatura indígena, uma vez que a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, porém, não há uma legislação que estenda essa obrigatoriedade aos cursos de formação de professores, evidenciando, assim uma fragilidade; haja vista que são nos cursos de licenciaturas e de formação continuada de onde originam os profissionais da sala de aula, e, para tanto, é necessário o conhecimento teórico sobre essa temática desde o princípio. Ainda sobre as atribuições do professor, comungamos da ideia de que:

[...] o papel do professor de leitura literária é o de alguém que cria condições favoráveis para a lenta, consistente e prazerosa aquisição do hábito de leitura. Ele tem como uma de suas principais tarefas a de levar os alunos a descobrirem seus gostos pessoais, suas preferências de leitura, de modo a que essa experiência possa ser configurada como um universo próprio de cada leitor [...] (STEPHANI E TINOCO, 2019, p. 76).

Nesta perspectiva, o ensino da Literatura Indígena nas escolas amplia as possibilidades de leitura e contribui para formação de um novo perfil de leitor, um leitor que contempla e valoriza a literatura nacional-indígena e reflete sobre os aspectos que a compõem; esse leitor passa a ter a oportunidade de conhecer, em diferentes gêneros textuais, aspectos que foram omitidos da história do Brasil, como pode ser percebido através de narrativas escritas por Eliane Potiguara, em “Metade cara, metade máscara” (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso empreendido na construção deste artigo, e diante de tais ponderações, verifica-se que ampliar o acesso ao ensino da Literatura Indígena ainda é um desafio para estudiosos da educação brasileira. Consideramos ainda que há necessidade de inserção deste tema no currículo de formação inicial e continuada de professores, pois é evidente que a escola ainda é o principal espaço de fomento à leitura e, infelizmente, o debate sobre a Literatura Indígena nesses espaços ainda é ínfimo.

Se entendemos que a literatura tem grande relevância para o desenvolvimento dos indivíduos por ser uma prática que ajuda na formação do pensamento crítico, na formação cultural, entre outros aspectos, a Literatura Indígena tem um valor ainda maior, pois, historicamente, ela foi negada nos currículos oficiais das escolas brasileiras, e isso precisa ser reparado.

Para além da inserção no currículo e formação de professores, considera-se ainda que é fundamental o acesso às editoras, além da divulgação das obras literárias indígenas nos eventos literários promovidos por instituições de ensino. Deste modo, é possível fazer com que os autores indígenas ocupem seus espaços e tenham o justo reconhecimento sobre a sua importância no universo literário.

Diante destes desafios, reforçamos que é fundamental o papel do professor enquanto propagador de práticas de leitura, mesmo diante dos muitos desafios que enfrentam, dentre eles, acervos restritos, currículo engessados e falta de autonomia. Apesar disso, cabe ao docente buscar alternativas metodológicas para romper com essas fragilidades e, com isso, faz-se necessária a tomada de consciência sobre a importância da Literatura Indígena e de como as pesquisas com esta temática podem contribuir para essa tomada de consciência.

REFERÊNCIAS

ANGATU, Casé. Caramasuíe'emonguetásie'engaras: CarubasMoemasie'engas-(Re)Existências Indigenamente Decoloniais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. p. 61-72.

AZEVEDO, Alcione Aparecida, CARVALHO, Letícia Queiroz de. A literatura infantojuvenil e a crônica: reflexões sobre a formação do leitor. In: CARVALHO, Letícia Queiroz de; FILHO, Nelson Martinelli. (Org.). **Diálogos com a literatura infantojuvenil [recurso eletrônico]: escola, livros e leitores**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores; 2018, p. 31-49.

BAYER, Norma Malaquias dos Santos. Literatura infantojuvenil no ensino fundamental – desafios e possibilidades. In: CARVALHO, Letícia Queiroz de; FILHO, Nelson Martinelli. (Org.). **Diálogos com a literatura infantojuvenil [recurso eletrônico]: escola, livros e leitores**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores; 2018, p. 176-191.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso Julho de 2022.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 de julho de 2022.

BERNARDES, ANDREA L.; GAUDÊNCIO, Wanda P. de S.; MELO, Carlos Augusto. A literatura indígena no contexto escolar: algumas considerações. In: MELO, Carlos Augusto, SANTOS, Luciene Alves (org.). **Letramento Literário e formação de leitor: desafios e perspectivas do PROFLETRAS**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 97-119.

DORRICO, Julie. **Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária**. In: DORRICO, Julie [et. al.] (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 227-256.

GRAÚNA. Graça. **Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos**. Disponível em: http://dhnet.org.br/direitos/militantes/ggrauna/ggrauna_lit_indigena_desconstruindo.pdf. Acesso em 24 de junho de 2022.

KAMBEBA, Marcia. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie [et. al.] (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p. 39-44.

MINAYO, M. C. S. **Amostragem E Saturação em Pesquisa Qualitativa: Consensos e Controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5, p. 1-12-12, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie [et. al.] (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p. 81-84

ROSA, Francis Mary Soares Correa da. Representação indígena na Literatura Brasileira. In: Julie Dorrigo; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção** [recurso eletrônico] / -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 257-294.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SOUZA, Jane Guimarães, ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. A educação Escolar Indígena Krahô e o Ensino do rito de pepCahàc: Uma didática intercultural. In: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges, ALMEIDA, Severina Alves de. **Educação Escolar Indígena e Diversidade Cultural**. Goiânia: Editora América, 2012.

STEPHANI, Adriana Demite; TINOCO, Robson Coelho. A leitura literária como resposta e o papel do professor mediador nesse diálogo. In: Marcos dos Reis Batista; ÉdersonLuís Silveira. (Org.). **Ensino de literatura e de leitura literária: desafios, reflexões e ações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019, v. 01, p. 47-80.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012

THIÉL, Janice Cristine; QUIRINO, Vanessa Ferreira dos Santos. **A literatura indígena na escola: um caminho para a reflexão sobre a pluralidade cultural**. In: X Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação–SIRSSE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2011. p. 6630-41.

WAPICHANA, Cristino. Por que escrevo? – relato de um escritor indígena. In: DORRICO, Julie [et. al.] (orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. p. 75-80.



Leodegária de Jesus

Texto Poético Visual Simplesmente Maria
Óleo e assemblage memória - 0,70 x 0,50 cm